



Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA A EMENDA MODIFICATIVA Nº 14 AO PROJETO DE LEI Nº 51/2022.

Referido Parecer tem por escopo atender o despacho de fls. a Emenda modificativa nº 14, de autoria do vereador Yan Lopes de Almeida, que modifica o Anexo II – Quadro proposto.

Como a proposta visa à redução considerável dos salários de ingresso nas funções apontadas entendo que não haverá impacto orçamentário-financeiro, contudo seria interessante verificar junto ao Poder Executivo.

A modificação dos salários não apresenta respaldo técnico ou doutrinário e considerando o entendimento do STF, segue abaixo, entendo pela inconstitucionalidade da emenda.

ADI 2801 / RS - RIO GRANDE DO SUL
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. GILMAR MENDES
Julgamento: 04/03/2009
Publicação: 05/06/2009
Órgão julgador: Tribunal Pleno
Publicação
DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-02 PP-00272 RTJ VOL-00210-02

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei estadual de fixação de política salarial da administração pública. 3. Vício de Iniciativa. 4. Competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Precedentes. 6. Ação julgada procedente.

Decisão

O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Ausentes, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello e a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 04.03.2009.

Indexação

- INCONSTITUCIONALIDADE, LEI ESTADUAL, RESULTADO, EMENDA PARLAMENTAR, DETERMINAÇÃO, PODER EXECUTIVO, REMESSA, PROJETO DE LEI, POLÍTICA SALARIAL, SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, USUPARÇÃO, INICIATIVA.

Legislação

Praça da Bandeira, 151 – Centro – CEP 12.281-630 – Caçapava/SP

Fone: (12) 3654-2000 / Fax: 3654-2011

1



Visite nosso site: www.camaracaçapava.sp.gov.br
Autenticar documento em <https://caçapava.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 330037003100330038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.



Câmara Municipal de Caçapava

Cidade Simpatia - Estado de São Paulo

LEG-FED CF ANO-1988 ART-00002 ART-00061 PAR-00001 INC-00002 LET-A ART-00063 INC-00001 CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL LEG-FED LEI-009868 ANO-1999 ART-00012 LEI ORDINÁRIA LEG-EST LEI-011467 ANO-2000 ART-00006 LEI ORDINÁRIA, RS

Observação

- Acórdãos citados: **ADI 546**, **ADI 1955**, **ADI 2129**, **ADI 2569**, **ADI 2619** MC. Número de páginas: 7. Análise: 08/06/2009, CLM. Revisão: 16/06/2009, JBM.

LOM:

A ilegalidade persiste ao analisar o art. 41, inciso I da

Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de Lei que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta ou indireta, bem como a fixação e aumento de remuneração;

(...)

No tocante ao enfoque político este deverá ser realizado pelos nobres Edis.

A propositura em questão deve ser levada à consideração da **Comissão de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento**, conforme art. 62 e seguintes do Regimento Interno desta Casa.

É o Parecer, s.m.j.

Caçapava, 29 de Novembro de 2022.

Luciana Aparecida dos Santos

Procuradora Jurídica

OAB/SP 244.712

Praça da Bandeira, 151 – Centro – CEP 12.281-630 – Caçapava/SP

Fone: (12) 3654-2000 / Fax: 3654-2011

2



Autenticar documento em <https://caçapava.sp.gov.br/portal/autenticidade> com o identificador 330037003100330038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.